



Plural - Revista de Ciências Sociais

ISSN: 2176-8099

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo

Teixeira, Alex Niche; Fernandes, Eduardo Georjão; Silva, Marcelo Kunrath
Enquadrando eventos de protesto: as disputas interpretativas
em torno do ciclo de manifestações de 2013 em Porto Alegre
Plural - Revista de Ciências Sociais, vol. 27, núm. 2, 2020, Julho-Dezembro, pp. 166-185
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2020.169591>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=649770006008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Enquadrando eventos de protesto: as disputas interpretativas em torno do ciclo de manifestações de 2013 em Porto Alegre

Framing protest events: interpretive disputes surrounding the 2013 demonstration cycle in Porto Alegre

Alex Niche Teixeira^a , Eduardo Georjão Fernandes^b , Marcelo Kunrath Silva^c 

Resumo O presente artigo aborda as disputas travadas por veículos midiáticos na cobertura de ações de movimentos sociais. Busca-se, empiricamente, identificar os enquadramentos interpretativos construídos por três jornais (*Zero Hora*, *Diário Gaúcho* e *Sul21*) sobre o ciclo de protestos de 2013, em Porto Alegre/RS. Metodologicamente, foi construído um banco de dados com todas as publicações de cada jornal, na cobertura ao ciclo de manifestações, bem como foram entrevistados(as) jornalistas responsáveis pela produção do conteúdo dessas publicações. A partir da análise de dados, formulou-se uma tipologia dos enquadramentos interpretativos adotados em diferentes momentos do ano. A análise cronológica denotou disputas entre esses diferentes modelos de cobertura, com a constituição de um “campo de batalha” interpretativo. Conclusivamente, (a) afirma-se a necessidade de estudos que identifiquem o enquadramento midiático como processo interativo e (b) questiona-se a parcela da teoria que assume que os enquadramentos midiáticos teriam necessariamente uma valoração “negativa” em relação ao ativismo.

Palavras-chave Ciclo de protestos de 2013. Mídia. Enquadramentos Interpretativos.

Abstract *The subject of this research is the disputes promoted by media vehicles at the coverage of social movements actions. We seek to, empirically, identify the interpretative frameworks built by three newspapers (Zero Hora, Diário Gaúcho and Sul21) about the 2013 protests cycle, in Porto Alegre/RS. Methodologically, we constructed a database with all the publications of each newspaper, at the coverage of the mobilization cycle and we interviewed journalists responsible for producing the content of these publications. From the data analysis, we*

-
- a Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Sociologia da UFRGS e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Segurança Cidadã da UFRGS. Membro do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania, CNPq. e-mail: alexnt.ufrgs@gmail.com
- b Doutor em Sociologia. Professor do Centro Universitário Uniftec. Membro do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento, CNPq. e-mail: eduardo.g.fernandes@gmail.com
- c Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Sociologia da UFRGS e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Membro do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento, CNPq. e-mail: mksilva@ufrgs.br

formulated a typology of interpretative frameworks adopted in different moments of the year. The chronological analysis denoted disputes between these different types of coverage, with the establishment of a “battlefield” interpretation. Conclusively, (a) we affirm the need for studies that identify the mediatic framework as an interactive process and (b) we question the part of the theory that assumes that the mediatic frameworks would necessarily have a “negative” valuation in relation to activism.

Keywords 2013 Protests Cycle. Media. Interpretative frameworks.

INTRODUÇÃO¹

As manifestações ocorridas no curso de 2013 no Brasil, com ápice no mês de junho, constituem um fenômeno recente e complexo, ainda a ser compreendido pela literatura (DOWBOR; SZWAKO, 2013). Essa constatação deve-se, em importante medida, à grandiosidade e aos impactos que os protestos ocorridos àquela época tiveram. Segundo levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM), na data de 20 de junho (dia com maior número de manifestações no país, naquele ano), protestos foram realizados em 438 cidades. Nesse mesmo dia, estima-se que três milhões de pessoas saíram às ruas para manifestar-se (SECCO, 2013).

A magnitude das manifestações não se vincula apenas aos dados acima citados, mas também diz respeito à frequência com que os eventos ocorreram. Ao longo de todo o mês de junho foram realizados inúmeros protestos, motivo pelo qual os meios de comunicação e a literatura científica adotaram nomenclaturas específicas para tratar desse período de mobilizações. Entre as denominações prevalentes, destacam-se os termos “jornadas de junho” (SECCO, 2013) e “onda de manifestações”. Neste trabalho, opta-se pela utilização da expressão “ciclo de manifestações” para caracterização do conjunto de eventos ocorridos em 2013 no Brasil. O “ciclo” é entendido como:

...uma fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social, com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos da ação coletiva, novos ou transformados; com uma combinação de participação organizada e não-organizada; e com sequ-

1 Este texto baseia-se nos resultados da dissertação de Mestrado de um dos autores (FERNANDES, 2016).

ências de fluxos intensificados de informação e de interação entre os desafiante e as autoridades (TARROW, 2009, p. 182).

Todas as características supramencionadas podem ser aplicadas ao caso dos protestos de 2013 no Brasil. Independentemente da nomenclatura adotada, as pesquisas já publicadas sobre esse recente fenômeno abordam diversos temas, como, por exemplo, o papel desempenhado pelas mídias na cobertura aos atos (LIMA, 2013). As manifestações, vinculadas, ao menos inicialmente, à questão do valor da tarifa de transporte público, caracterizaram-se pelo protagonismo de coletivos autodenominados como “horizontais” e, notadamente durante o mês de junho, pela progressiva entrada de outros atores, com a inserção de reivindicações não necessariamente ligadas ao transporte público - e inclusive ideologicamente contraditórias entre si (ROLNIK, 2013). Além disso, as manifestações de 2013 não consistem em um fenômeno espacialmente generalizável, mas se trata de eventos específicos, com características próprias a depender das cidades em que foram deflagradas.

O interesse central desse estudo recai sobre o enquadramento interpretativo de jornais às manifestações. Essa delimitação justifica-se e se mostra relevante dado que a heterogeneidade e a amplitude do ciclo, somadas à ausência de um centro dirigente, conferiram particularidades à cobertura midiática dos protestos de 2013. Diferentemente de protestos em que se identifica uma organização centralizadora das mobilizações e nos quais os limites dos enquadramentos possíveis são mais restritos, a heterogeneidade do ciclo de 2013 proporciona a produção de múltiplas interpretações. Essa circunstância aumenta a importância da identificação e análise dos enquadramentos produzidos pela mídia, uma vez que estes adquiriram maior centralidade nas disputas sobre a definição do que ocorreu naquele período.

Especialmente, selecionou-se Porto Alegre/RS como local pesquisado. Porto Alegre destaca-se como cidade “pioneira” das manifestações de 2013, dado que os atos contra o aumento da passagem foram realizados desde janeiro daquele ano na cidade, sendo o reajuste do valor da tarifa revogado já em abril. Assim, nos grandes atos de junho, a capital do Rio Grande do Sul acompanhou o movimento nacional mesmo após essa reivindicação ter sido atendida nos meses anteriores. Na cidade, os atos contrários ao aumento da passagem foram promovidos pelo “Bloco de Lutas Pelo Transporte Público”, um coletivo formado por grupos de orientação de esquerda, com atuação em diversos eventos da cidade (MUHALE, 2014). Ainda que outros atores tenham participado das manifestações, principalmente no mês

de junho, identifica-se o Bloco de Lutas como ator protagonista dos protestos, ao menos nos momentos iniciais do ano.

Nas manifestações de Porto Alegre, um tema central decorrente dos protestos, assim como em outras capitais do país, consistiu na relação entre ativistas e o aparato policial. Embora o repertório² central utilizado por ativistas no curso das manifestações tenha sido a realização de passeatas, foram registradas situações de utilização de repertórios de confronto (TARROW, 2009), com a produção de danos a patrimônios públicos e privados por indivíduos identificados pelo uso das táticas *Black Blocs*.³ Por outro lado, a atuação policial, no acompanhamento aos protestos, foi caracterizada pela utilização de armas não letais, como bombas de efeito moral e balas de borracha.⁴

Em meio às tensões entre ativistas e policiais, um aspecto que interessa à presente pesquisa são as interpretações construídas pela mídia sobre as interações entre manifestantes e aparato policial, com destaque para as formas como a “violência” naquelas interações foi interpretada. Parte-se, nesse ponto, da ideia de que a definição de violência é conceitualmente ampla e imprecisa (WIEVIORKA, 2007; MICHAUD, 1989), de modo que a interpretação do confronto, pela atribuição de qualidades aos atores envolvidos nas manifestações constitui ato político. Tal ato interfere diretamente na construção da (i)legitimidade dos referidos atores e suas ações perante a opinião pública.

A partir do entendimento de que estaria configurada uma disputa interpretativa em torno dos sentidos dos protestos (e especificamente das situações de confronto), recorreu-se a argumentos e conceitos vinculados à Teoria do Processo Político (TPP) como aporte teórico central para a problematização. Um elemento basilar nesse sentido é o conceito de “molduras interpretativas da ação coletiva”, configurado a partir de apropriações dos atores da TPP aos estudos de Goffman (2012 [1974]). Estas são conceituadas por Snow e Benford (1992, p. 137) como o “esquema interpretativo que simplifica e condensa o ‘mundo lá fora’, salientando e codificando seletivamente objetos, situações, eventos, experiências e sequências de ações num ambiente presente ou passado”. Essa ideia traz à discussão os procedimentos de seleção e interpretação que são operados para que, diante

2 Utiliza-se aqui o conceito de “repertório” desenvolvido pioneiramente por Charles Tilly (1978).

3 Desconhecido no Brasil até o advento dos protestos de junho de 2013, o *Black Bloc* é um termo cunhado pela polícia alemã, durante os anos 1980, “para identificar grupos de esquerda na época denominados ‘autônomos, ou autonomistas’ que lutavam contra a repressão policial nos squats (ocupações)” (COSTA, 2013).

4 Em diversas cidades do Brasil, foram vivenciadas situações de confronto. Segundo informações publicizadas pelo “Artigo 19”, pelo menos 2.608 pessoas foram detidas no ciclo de manifestações, além de terem sido registradas 07 mortes.

da complexidade dos fenômenos do mundo, responde-se à pergunta “o que está acontecendo aqui?” (GOFFMAN, 2012 [1974]).

O processo de seleção e interpretação de determinados aspectos da realidade (em detrimento de outros) traduz-se, segundo essa perspectiva, pela ideia de enquadramento, de construção de uma moldura em torno da realidade, incluindo alguns elementos e excluindo outros (tendo em vista que a totalidade de fenômenos não pode ser abarcada). Ainda, tem-se em vista que seria relevante o estudo de veículos midiáticos diversos, que teriam construído interpretações específicas dos protestos. Foram selecionados, nesse sentido, os jornais *Zero Hora*, *Diário Gaúcho* e *Sul21*.

Zero Hora é um veículo mantido pelo Grupo RBS e reconhecido por ser “o maior jornal do Rio Grande do Sul”, devido a sua estrutura e a sua longevidade (sua fundação data de 1964). O *Grupo RBS* “forma o maior grupo do setor de comunicações do país, fora do Eixo Rio-São Paulo” (BIZ, 2003, p. 31), sendo vinculado, em escala nacional, à Rede Globo de Comunicações. Atualmente, o Grupo RBS é líder na área de comunicação dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, contando com mídias em diversos formatos: rádio, televisão, jornal e plataformas digitais.

O *Diário Gaúcho* é, assim como *Zero Hora*, um jornal mantido pelo *Grupo RBS*. Diferentemente de *Zero Hora*, o *Diário Gaúcho* caracteriza-se por ser um jornal de criação recente, tendo sua primeira edição lançada no dia 17 de abril de 2000 (RAMOS, 2003). O veículo intitula-se como “o jornal da maioria”, por ser voltado para as “classes B, C e D, residentes na Grande Porto Alegre e principais cidades do interior do Rio Grande do Sul.”⁵ Nesse sentido, explicita-se o caráter “popular” com o qual o jornal busca identificar-se.

O *Sul21* é um veículo de comunicação caracterizado pela utilização das “novas mídias colaborativas da Internet 2.0”, de modo que o jornal é veiculado em formato exclusivamente digital. O *Sul21* possui uma história recente: sua criação é datada de 10 de maio de 2010, por meio da reunião de um grupo de blogueiros e advogados. O jornal foi construído com o objetivo de “informar e fomentar discussão sobre questões relevantes para o desenvolvimento da sociedade no Século 21, através de um olhar diferenciado sobre grandes temas e da ressignificação das mídias tradicionais”.⁶ Nesse sentido, o *Sul21* reconhece-se enquanto veículo “dedicado prioritariamente ao noticiário político” e poderia ser caracterizado como “de esquerda” em relação aos demais jornais desse estudo.

5 Fonte: <<http://www.gruporbs.com.br/atuacao/diario-gaucha/>>. Acesso em: 22/05/2017.

6 Fonte: <<http://www.sul21.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 22/05/2017.

Considerando-se a multiplicidade dos jornais selecionados, a questão central do presente trabalho é a seguinte: quais foram os enquadramentos interpretativos construídos pelos jornais Zero Hora, Diário Gaúcho e Sul21 a respeito do ciclo de manifestações de 2013 na cidade de Porto Alegre/RS?

A opção por um problema de pesquisa de caráter predominantemente descritivo decorre tanto da complexidade do ciclo de manifestações de 2013 quanto da proliferação de interpretações múltiplas e, por vezes, contraditórias em termos de sua caracterização e análise. Em particular, destaca-se a frágil fundamentação empírica de parte significativa da literatura produzida sobre o ciclo. Nesse sentido, justifica-se a necessidade de uma descrição rigorosa e sistemática para caracterizar efetivamente dimensões importantes para a compreensão do fenômeno.

Metodologicamente, subdividiu-se a produção de dados em dois momentos: um primeiro, de busca pelos conteúdos publicados por *Zero Hora*, *Diário Gaúcho* e *Sul21* acerca do ciclo de manifestações de 2013; um segundo, de realização de entrevistas com repórteres, fotógrafos e editores que participaram, como profissionais vinculados aos referidos jornais, da cobertura dos eventos de protesto e com o comandante da Polícia Militar (PM) do estado do Rio Grande do Sul à época das manifestações.

Do total do material coletado (542 publicações), foram selecionadas notícias de cobertura a eventos de protesto situados em diferentes momentos do ano e considerados relevantes em relação ao objeto da pesquisa (seja pela deflagração de confrontos entre policiais e ativistas, seja pelo período específico em que ocorreram). Foram analisadas as coberturas aos protestos de 27 de março, 04 de abril, 13 de junho e 20 de junho, além da retrospectiva de cada jornal sobre o ciclo de manifestações. Por essa escolha, buscou-se abranger três períodos distintos: o pré-junho; junho; o pós-junho. Cotejou-se o conteúdo das notícias com as entrevistas realizadas a fim de caracterizar a dimensão interativa do processo de construção dos enquadramentos.

A análise qualitativa das notícias seguiu como abordagem mais ampla a análise de conteúdo com auxílio do programa informacional CAQDAS (*Computer Aided Qualitative Data Analysis Software*) NVivo. Especificamente, o material foi analisado com base em categorias da teoria do enquadramento interpretativo da ação coletiva. O principal estudo que fundamentou os procedimentos adotados neste estudo é o trabalho Johnston e Alimi (2012) sobre o enquadramento de dinâmicas de conflitos políticos.

No referido trabalho, Johnston e Alimi (2012) entendem que os “esquemas primários” (*primary frameworks*) implícitos às interpretações dos confrontos polí-

ticos podem ser identificados a partir de três componentes discursivos: o “sujeito” (identidade coletiva), o “verbo” (o que o sujeito faz) e o “objeto” (a quem ou a que se refere a ação do sujeito). A construção discursiva do conflito enquadra um contexto de oposição entre determinado “sujeito” e um “objeto”, sendo estes ligados por um “verbo”. Ao se realizar o estudo dos três elementos (“sujeito”, “verbo” e “objeto”) em interação, pode-se compreender qual o esquema primário implícito à mensagem.

Adaptando-se as categorias de Johnston e Alimi (2012), no presente estudo o conteúdo midiático analisado foi agrupado em três amplas categorias: identidade dos(as) manifestantes (que corresponderia ao “sujeito” da ação coletiva); caracterização das reivindicações (correspondendo ao “objeto” almejado pelos ativistas); interações entre manifestantes e demais atores nas arenas de confronto político (categoria corresponde ao “verbo”) na busca pela concretização das reivindicações.

Considerando-se, ainda, que os enquadramentos construídos pelas mídias favorecerem ou desfavorecerem processos de mobilização a depender do modo como esta é interpretada, foi analisado em que medida as coberturas de cada jornal conferiram legitimidade aos eventos de protestos. A categoria “legitimidade” foi entendida como o grau em que os veículos midiáticos, com seus enquadramentos, apoiam ou rejeitam as reivindicações dos movimentos sociais (KOOPMANS, OLZAK, 2004).

ANALISANDO AS DISPUTAS INTERPRETATIVAS: OS ENQUADRAMENTOS A EVENTOS DE PROTESTO DO CICLO DE MANIFESTAÇÕES DE 2013

A seguir, é apresentada a análise dos enquadramentos dos jornais a cada evento de protesto selecionado. De modo geral, identificou-se que a construção de enquadramentos interpretativos a respeito das manifestações de 2013, em Porto Alegre, operou-se, nos jornais *Zero Hora*, *Diário Gaúcho* e *Sul21*, de forma múltipla. Essa multiplicidade diz respeito tanto a diferenças (a) entre os conteúdos de cada um dos jornais quanto a (b) transformações de enquadramento, operadas pelos veículos temporalmente. Quanto ao ponto (a), pode-se afirmar que *Zero Hora* e *Diário Gaúcho* produziram enquadramentos similares entre si e distintos daqueles publicados pelo *Sul21*; quanto ao ponto (b), verifica-se uma transformação dos enquadramentos de *Zero Hora* e *Diário Gaúcho* no curso da ocorrência dos eventos, enquanto o *Sul21* mantém uma tendência na construção de seus enquadramentos, embora com alterações pontuais ao longo do ano.

PROTESTO DO DIA 27 DE MARÇO

O protesto do dia 27 de março é caracterizado pelo aumento do número de ativistas em relação aos primeiros atos contra o aumento da passagem, no ano de

2013. Naquele momento, o valor da tarifa havia passado de R\$ 2,85 para R\$ 3,05. Uma ocorrência importante do protesto consiste na tensão entre manifestantes e policiais, com destaque para o desentendimento entre ativistas e o Secretário de Governança da cidade à época, César Busatto. As notícias analisadas foram: “Ataque à prefeitura: Pedras e baderna na Capital” (*Zero Hora*); “Baderna contra nova tarifa” (*Diário Gaúcho*); “Revolta contra aumento da passagem gera grande protesto em Porto Alegre” (*Sul21*).

Zero Hora e *Diário Gaúcho* constroem interpretações focadas na descrição de situações de tensão, conforme o modelo “criminalizante” (RAMOS; PAIVA, 2007), consolidado no jornalismo brasileiro. Este modelo se caracteriza pela atribuição de relevância a “fatos extraordinários” (ETCHICHURY, 2010), sendo estes caracterizados por destoarem daquilo que se entende como “normalidade” nas rotinas sociais (e constituindo a “violência” um desses fatos). Além disso, ambos os jornais identificam os ativistas como responsáveis pelos conflitos ocorridos durante o evento, sem que a ação policial seja objeto de questionamento. Por esse procedimento, individualiza-se a “violência”, sendo esta vinculada a atos específicos de manifestantes, destituindo-se a ação de um sentido coletivo.

O fenômeno da violência não é interpretado como ação coletiva contra injustiças, mas sim individualmente, como se os manifestantes portassem em sua identidade a característica da agressividade. Esse tratamento da violência autoriza respostas estatais repressivas, com a legitimação da repressão policial para restaurar a “ordem”. Ao não ser feita uma contextualização sobre repertórios de “ação direta” como forma de ação política que dispensa a mediação das instituições estatais, os atos de dano ao patrimônio são identificados como aleatórios, não politizados e “contrários à ordem”. A denominação do protesto pelo termo “baderna”, em conjunto com a não contextualização da pauta do evento, evidencia a preponderância de um enquadramento que tem como consequência a delimitação da manifestação como ilegítima.

O *Sul21*, por outro turno, já no evento do dia 27 aponta para a tendência de produzir um enquadramento crítico à ação policial, procedimento qualificado pelo editor do jornal à época dos protestos, em entrevista para esta pesquisa, como “contrainformação” em relação ao conteúdo dos veículos tradicionais. O jornal opera a descrição detalhada dos procedimentos adotados pelas autoridades repressoras (uso de bombas de efeito moral, detenção de manifestante, etc.) sob a interpretação de que tais ações gerariam sensações de “pânico” aos(às) ativistas. Em relação ao *Zero Hora* e *Diário Gaúcho*, portanto, há uma inversão interpretativa da interação, no sentido de posicionar a ação policial como o estopim para as

situações de tensão do protesto. São citados os repertórios de dano a patrimônios por ativistas; porém, esse conteúdo não constitui o tema central da cobertura do *Sul21*. Tendo em vista tais questões, somadas à contextualização da causa do protesto, este jornal interpreta a manifestação como legítima.

PROTESTO DO DIA 04 DE ABRIL

O protesto do dia 04 de abril é caracterizado pelo fato de que, na mesma data, houve a revogação do aumento da passagem na cidade, em decorrência de ação protocolada pelos vereadores Pedro Ruas e Fernanda Melchionna (PSOL). As notícias analisadas são: “Protesto e comemoração sob aguaceiro” (*Zero Hora*); “Festa: pãozinho volta à mesa!” (*Diário Gaúcho*); “Após liminar da Justiça, protesto contra aumento da passagem vira festa no meio da chuva” (*Sul21*).

Segundo os dados obtidos nesta pesquisa, as coberturas ao ato de 27 de março geraram tensões quanto à recepção do público leitor aos enquadramentos de determinados veículos midiáticos. Detectou-se, em 04 de abril, uma mudança na linha editorial em *Zero Hora* e *Diário Gaúcho*. Como argumento para explicar essa mudança, os jornalistas de *Zero Hora* entrevistados informam que teria havido um processo de “autocrítica” no jornal. Diante do recebimento de críticas, advindas de apoiadores dos protestos, teria a redação do jornal passado por um processo de mudança do foco da cobertura. A diretriz de tal transformação consistiria em enfatizar o crescimento daqueles eventos e das pautas a eles relacionadas em detrimento da cobertura dos conflitos ocorridos durante as manifestações. Em carta publicada em *Zero Hora* em 07 de abril, a editora Marta Gleish relata a “autocrítica” em relação à cobertura do jornal aos protestos anteriores:

[No protesto de 1º de abril] Não enfatizamos que a manifestação cresceu muito, nem mostramos quem formava a massa de milhares de pessoas. Recebemos críticas por isso. [...] a reportagem enfocou predominantemente a ausência de confusão e tumulto, já que no protesto anterior esta tinha sido a tônica. Não reproduzimos adequadamente o crescimento da manifestação, nem demos relevância ao motivo da união daquelas pessoas: o valor da tarifa e a qualidade do transporte. Recebemos críticas, vindas dos apoiadores dos protestos.⁷

7 A cobertura das manifestações. *Zero Hora*, Carta da Editora, 07 abr. 2013, p. 02.

Nas palavras de um dos repórteres de *Zero Hora* entrevistados:

Repórter: O problema que eu vi no início [da cobertura das manifestações] é que uma ou duas matérias tinham um problema ali na chamada, na manchete, assim. Algumas expressões ali equivocadas. Não me lembro agora qual foi a expressão. Não foi tumulto, mas... não sei se foi baderna, talvez. Alguma expressão assim. [...] E então isso aí ao longo dos dias ali... no início mesmo foi corrigido. [...] E aí depois, passado esse primeiro momento aí, aí começou... se a gente for buscar lá no passado, lá em 2013, começou a se fazer várias matérias, não só focadas no protesto, mas várias matérias, muitas mesmo, sobre as reivindicações.⁸

Ainda, segundo um dos editores de *Zero Hora*, as reações de desacordo com a cobertura inicial “vinham daqueles a quem a gente queria servir”⁹ com o trabalho do jornal. Essas afirmações indicam a necessidade de *Zero Hora* responder a um público específico, caracterizado como leitor do jornal. Tais informações constituem também indícios de um agenciamento do público leitor sobre o conteúdo publicado pelo veículo (GAMSON [et al.], 1992). No entanto, a versão oficial dos membros do jornal sobre a mudança de cobertura deve ser lida criticamente, considerando-se que os atores, quando confrontados pelo pesquisador, formulam teorias que não podem ser adotadas como a explicação sociológica aos fenômenos sociais. Assim, não podem ser descartadas motivações alternativas a essa mudança de cobertura.

Independentemente da explicação que fundamente a referida mudança, na cobertura do dia 04 de abril verifica-se a transformação nos enquadramentos de *Zero Hora* e *Diário Gaúcho*. Em ambos os jornais, o termo “baderna”, que havia sintetizado o protesto de 27 de março, é substituído semanticamente pelos termos “festa” e “comemoração”. Ou seja, no espaço temporal de uma semana, identifica-se uma mudança de enquadramento. Tanto em *Zero Hora* quanto no *Diário Gaúcho*, a centralidade da cobertura deixa de recair sobre os atos de “violência” deflagrados pelos ativistas para que se enfatize a cobertura das reivindicações presentes na mobilização. No caso de *Zero Hora*, especificamente, opera-se uma dissociação (que seria reforçada no enquadramento dos atos seguintes) na identidade dos manifestantes: aos ativistas opõem-se os “mascarados, identificados com movimentos anarquistas”. É a estes últimos que o jornal atribui a responsabilidade pela realização de repertórios de dano a patrimônios. Assim, identifica-se em *Zero*

⁸ Entrevista realizada em 29/06/2015.

⁹ Entrevista realizada em 12/07/2015.

Hora e Diário Gaúcho um processo de autonomização dos repertórios de dano a patrimônios em relação à manifestação. Enquanto esta passa a ser qualificada como legítima, o repertório de “depredação”, especificamente, mantém-se como ilegítimo.

Por outro turno, o *Sul21*, no dia 04 de abril, mantém enquadramento semelhante àquele produzido em 27 de março. Alguns momentos de tensão são identificados, mas não são selecionados como o tema central da notícia; prepondera, de modo similar a *Zero Hora e Diário Gaúcho*, a interpretação de que o protesto teria sido uma “festa” ou “comemoração” legítima.

PROTESTO DE 13 DE JUNHO

O protesto de 13 de junho é marcado pela expansão das manifestações em âmbito nacional. O número de pessoas presentes é maior, comparativamente aos primeiros protestos do ano. As notícias analisadas são: “Atos de Vandalismo” (*Zero Hora*); “Protesto e vandalismo” (*Diário Gaúcho*); “Manifestação em Porto Alegre termina em cerco, violência e prisões” (*Sul21*).

Nesse protesto, com a nacionalização das mobilizações, algumas tendências já apontadas na cobertura aos primeiros protestos do ano são reforçadas. Em *Zero Hora e Diário Gaúcho*, constrói-se a interpretação de que a manifestação iniciou-se de uma forma “pacífica” e posteriormente transformou-se em “vandalismo”, “quebra-quebra” ou “quebradeira”. Mantém-se a dissociação entre uma maioria pacífica de ativistas e os “mascarados”, responsabilizados pelos atos de danos a patrimônios e pelas tensões com as forças policiais. Esse procedimento interpretativo classifica e separa os “bons” dos “maus” manifestantes. Assim, reconhece-se a legitimidade dos protestos, com a condicionante de estes serem “pacíficos”, no entendimento dos jornais. Essa distinção mantém a individualização da violência (delimitada a um grupo específico), sendo os “vândalos” destituídos da condição de manifestantes e enquadrados como criminosos. Sobre estes indivíduos, identificados como “outros” e não como “verdadeiros” ativistas, justificar-se-ia, por essa lógica, a repressão policial (MENDONÇA; DAEMON, 2014).

Ademais, desenvolve-se a interpretação de que haveria conflitos entre esses diferentes atores, com o repúdio da “maioria pacífica” aos atos da “minoria de vândalos”. Ainda assim, a temática central das coberturas de *Zero Hora e Diário Gaúcho* são os repertórios de danos a patrimônios. As reivindicações da “maioria pacífica” constituem aspecto secundário das coberturas. Analisando-se tal enquadramento comparativamente às coberturas de 27 de março e de 04 de abril, verifica-se, em 13 de junho, a consolidação das mudanças interpretativas

já traçados nos protestos anteriores, com a identificação da manifestação como legítima e dos repertórios de “vandalismo” como ilegítimos.

Já a cobertura do *Sul21* igualmente explicita a existência de divergências entre ativistas em torno da realização de atos de dano a patrimônios, mas mantém e reforça, como centralidade do enquadramento, a crítica à ação policial na repressão aos(às) manifestantes (mantendo também a interpretação de que a manifestação é legítima). Um novo elemento, que surge das interpretações de *Zero Hora* e *Sul21*, é a diversificação das pautas do protesto, com a nacionalização da mobilização e com a vinculação dos protestos a fenômenos de âmbito global.

PROTESTO DE 20 DE JUNHO

No protesto de 20 de junho, o processo de nacionalização das manifestações, o qual já estava sendo verificado em 13 de junho, intensifica-se, com a consolidação do ciclo de manifestações. A data marca o momento do ano em que o maior número de pessoas saiu às ruas em comparação aos demais dias de mobilizações. As notícias analisadas são: “Em Porto Alegre milhares sob chuva e frio” (*Zero Hora*); “Confronto, depredação, saque: a violência se repete” (*Zero Hora*); “Mais uma noite de berros” (*Diário Gaúcho*); “Debaixo de chuva, ato tem 20 mil nas ruas e novo confronto violento com Brigada Militar” (*Sul21*).

A multiplicação de pautas é acentuada nas coberturas do protesto de 20 de junho. Todos os jornais analisados enfatizam essa questão. *Zero Hora* e *Diário Gaúcho* identificam diferentes pautas, que extrapolam a causa do transporte público. Resumidamente, *Zero Hora* interpreta que as reivindicações estariam ligadas ao “objetivo de construir um país melhor”, enquanto *Diário Gaúcho* informa que as causas seriam “relativas à política de modo geral”. Ambos os jornais tematizam as reivindicações como elemento central de suas coberturas, e todas as notícias identificam o repúdio a militantes partidários e a ocorrência de *performances* ligadas a sentimentos de união nacional e regional. A cobertura do *Sul21*, por outro turno, interpreta que as pautas seriam “difusas” e tematiza, centralmente, as interações entre manifestantes e policiais em sua notícia. Assim, as reivindicações dos manifestantes deixam de ocupar espaço central do enquadramento do veículo.

Um importante indicador analítico da transformação de enquadramentos operada por *Zero Hora* e *Diário Gaúcho* em 04 de abril e mantida nos protestos seguintes é a convergência dessa mudança com o momento de nacionalização dos protestos, quando os eventos deixaram de ser protagonizados centralmente por grupos e coletivos “de esquerda”, sendo também compostos por setores

conservadores da população. Ao serem progressivamente apropriados por atores conservadores, especialmente a partir de meados de junho, os protestos vão se legitimando como uma forma de estes setores (enquadrados como os “bons” manifestantes por *Zero Hora* e *Diário Gaúcho*) se expressarem politicamente. A crescente presença da “direita” nas ruas, portanto, parece estar diretamente ligada a esta ressignificação do protesto e a sua legitimação pública por veículos tradicionais como *Zero Hora* e *Diário Gaúcho*.

Quanto às interações entre manifestantes e policiais no dia 20 de junho, todos os jornais acentuam as tendências já anteriormente identificadas. *Zero Hora* e *Diário Gaúcho* diferenciam manifestantes “pacíficos” de uma “minoridade de vândalos”. No limite, *Zero Hora* destitui essa “minoridade” da qualidade de “manifestantes”, tendo em vista que identifica esses sujeitos como “vândalos infiltrados entre os ativistas”. A construção interpretativa, neste ponto, traduz-se na máxima distinção entre a mobilização coletiva, entendida como legítima, e os repertórios de dano a patrimônios, entendidos como ilegítimos. O *Sul21*, por sua vez, acentua a cobertura da ação policial, sendo esta responsabilizada pela “batalha campal” que, nos termos do jornal, teria ocorrido. Os atos dos manifestantes, na produção de danos a patrimônios, são informados, mas de forma pontual, secundariamente à repressão policial.

RETROSPECTIVAS

As retrospectivas construídas pelos jornais são textos nos quais é produzido um resumo dos acontecimentos do ciclo de manifestações de 2013. O conteúdo, apesar de se focar nos eventos de Porto Alegre, traz referências também a protestos ocorridos em outras cidades do país. Temporalmente, as retrospectivas abrangem tanto as manifestações iniciais quanto os eventos de junho. Notícias analisadas: “O que aprendemos com 2013: Reivindicar” (*Zero Hora*); “Povo toma as ruas, berra e consegue benefícios” (*Diário Gaúcho*); “Retrospectiva dos protestos em Porto Alegre: 2013, o ano que não terminou” (*Sul21*). Dado que as retrospectivas foram produzidas ao final do ano, meses após as notícias de cobertura dos protestos, e que é realizada a interpretação *a posteriori* de determinado evento de forma resumida, esse formato de texto possui singularidades.

Quanto à identidade dos manifestantes, os enquadramentos de todos os jornais são semelhantes. *Zero Hora* e *Sul21* identificam que, nos meses iniciais (até meados de junho) os protestos foram protagonizados pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público, sendo posteriormente formados por uma “massa heterogênea” (segundo *Zero Hora*), com a ausência de uma “organização tradicional no domínio dos atos”

(segundo o *Sul21*). O *Diário Gaúcho*, por seu turno, informa apenas que “centenas de milhares de jovens” teriam ocupado as ruas do Brasil durante o ano. As similaridades de enquadramento também são verificadas quanto às reivindicações: todos os jornais informam que, inicialmente, os protestos tiveram como pauta o transporte público, sendo posteriormente, a partir do mês de junho, reivindicada uma diversidade de causas.

Quanto às interações entre manifestantes e policiais, outras similaridades são identificadas: a “minoridade de vândalos”, qualificada por *Zero Hora* e *Diário Gaúcho* nos eventos de junho, passa a ser vinculada a um grupo específico, os *Black Blocs*. A esses atores é atrelada a realização de atos de dano a patrimônios e de “saques”. É interessante ressaltar que o *Sul21*, embora na cobertura aos eventos anteriores não houvesse identificado um grupo específico vinculado a esses repertórios, igualmente tematiza a tática *Black Bloc* em sua retrospectiva. Ou seja, a despeito de diferenças específicas na abordagem das interações entre manifestantes e polícia, todos os jornais nomeiam os *Black Blocs* e os diferenciam dos demais manifestantes. Além disso, salienta-se que, enquanto o *Sul21* mantém como temática da retrospectiva a ação policial (qualificada como “forte repressão”), *Zero Hora* e *Diário Gaúcho* incorporam a crítica à ação policial em seus textos (questão que não havia sido tematizada por nenhum destes jornais nos eventos analisados). *Zero Hora* informa que em alguns momentos a polícia “passou da conta”, e *Diário Gaúcho* interpreta que a repressão policial teve “vigor considerado exagerado”.

Por outro lado, deve-se salientar que a crítica à atuação da Polícia Militar, elemento que se faz presente em todas as retrospectivas, resulta igualmente em uma crítica ao governo estadual, exercido à época pelo Partido dos Trabalhadores (PT).¹⁰ Ou seja, a crítica à ação policial, em certa medida, também constitui uma crítica ao governo petista. A repressão policial de 2013, nesse sentido, provocou um profundo desgaste do PT entre os movimentos (especialmente de juventude).

Em entrevista para esta pesquisa, o comandante de Polícia Militar à época dos protestos refere que não havia previamente a 2013 uma doutrina da PM diante de manifestações sociais. Embora reconheça que a Polícia Militar tradicionalmente adotou no Brasil um *modus operandi* repressivo, o qual não reconhece o protesto como ação legítima, o ex-comandante afirma que em 2013 a PM do estado adotou uma diretriz de “proteção à vida”, a qual buscava garantir a integridade física dos manifestantes e o direito ao protesto. Um importante momento de “readequação”

¹⁰ Segundo a estrutura federativa do Brasil, a segurança pública é tema de competência estadual. O governador atua na função de comandante da Polícia Militar. À época, o governador do estado do Rio Grande do Sul era Tarso Genro, do PT.

da doutrina policial teria ocorrido após protesto de outubro de 2012, quando uma manifestação artístico-cultural contra a privatização de espaços públicos em Porto Alegre foi duramente reprimida.¹¹ Ainda assim, a atuação policial, como demonstrado, é objeto de críticas em todas as retrospectivas analisadas. Essa configuração indica que a interação entre veículos midiáticos, governo do estado e policiamento configura fator relevante para a construção dos enquadramentos.

Conclusivamente, é importante pontuar que, em relação à cobertura dos eventos de protestos, as retrospectivas minimizam as diferenças interpretativas de cada um dos jornais, de modo que os enquadramentos dos três veículos tornam-se relativamente *homogêneos*. Ao final, como resultado das disputas interpretativas verificadas ao longo do ano, prepondera uma interpretação hegemônica dos protestos.

TIPOLOGIA E TRANSFORMAÇÕES DOS ENQUADRAMENTOS

A partir desse esforço analítico, foi possível o desenvolvimento de uma tipologia dos enquadramentos utilizados pelos jornais ao longo do ano. Tal tipologia consiste na apresentação de esquemas interpretativos que simplificam a experiência (ANCELOVICI, 2002) e evidenciam padrões de cobertura aos eventos analisados. Diante dos dados da pesquisa, foram identificados quatro enquadramentos principais, construídos pelos jornais ao longo do ano e assim denominados nesse trabalho: “Manifestação como afronta à ordem”; “Polícia como instituição violenta”; “Maioria de manifestantes pacíficos em oposição à minoria de manifestantes violentos”; “Maioria de manifestantes pacíficos em oposição à minoria de manifestantes violentos e a uma polícia violenta”.

11 Fonte: <<http://www.Sul21.com.br/jornal/manifestacao-termina-em-batalha-campal-no-centro-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 18/12/2015.

Quadro 1. Tipologia dos enquadramentos identificados nos eventos de protesto

	Identidade	Interações	Reivindicações	Legitimidade
Enquadramento “Manifestação como afronta à ordem”	Manifestantes baderneiros	Ênfase sobre os repertórios de danos a patrimônios por manifestantes; estopim de confrontos atribuído aos ativistas.	Não qualificadas	Manifestação: ilegítima
Enquadramento “Polícia como instituição violenta”	Multidão de manifestantes; ênfase sobre a grandiosidade da manifestação.	Ênfase sobre a repressão policial; estopim de confrontos atribuído à polícia.	Contextualizadas	Manifestação: legítima Ação policial: questionada
Enquadramento “Maioria de manifestantes pacíficos em oposição à minoria de manifestantes violentos”	Distinção entre uma maioria de manifestantes pacíficos e uma minoria de manifestantes violentos	Distinção entre passeata pacífica e atos de dano a patrimônios; estopim de confrontos atribuído aos ativistas.	Contextualizadas	Manifestação: legítima Repertórios de dano a patrimônios: ilegítimos
Enquadramento “Maioria de manifestantes pacíficos em oposição à minoria de manifestantes violentos e a uma polícia violenta”	Distinção entre uma maioria de manifestantes pacíficos e uma minoria de manifestantes violentos	Distinção entre passeata pacífica e atos de dano a patrimônios; identificação dos atos de repressão policial.	Contextualizadas	Manifestação: legítima Repertórios de dano a patrimônios: ilegítimos ou não qualificados Ação policial: questionada

Fonte: FERNANDES (2016, p. 233).

Conforme se verificou no estudo, ao longo do ano de 2013, a disputa interpretativa foi caracterizada pela alternância, em cada um dos jornais, de diferentes esquemas. A figura a seguir demonstra quais os enquadramentos construídos por *Zero Hora*, *Diário Gaúcho* e *Sul21* para cada evento analisado:

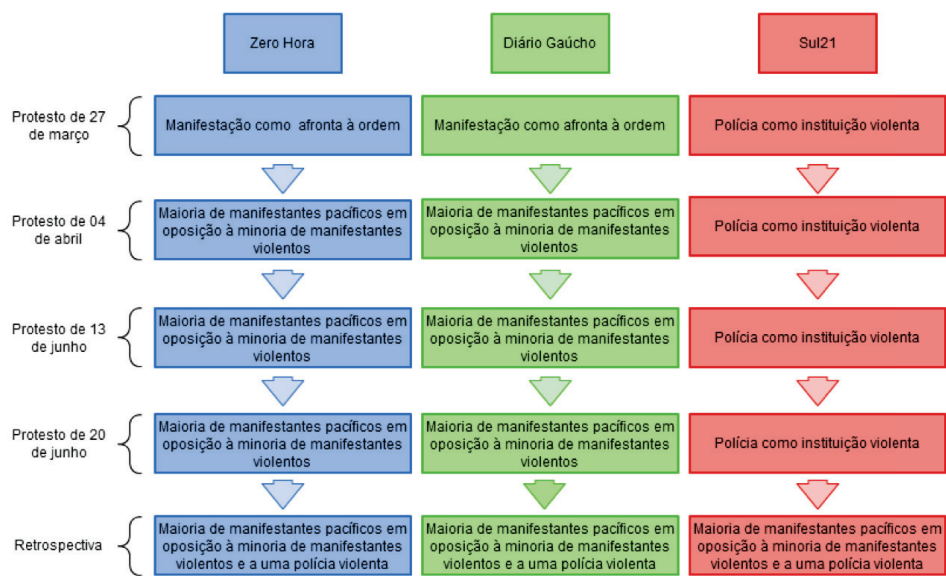


Figura 1. Transformação dos enquadramentos de Zero Hora, Diário Gaúcho e Sul21 nos eventos de protesto. Fonte: FERNANDES (2016, p. 234).

Os resultados desta pesquisa confirmam a afirmação de Lima (2013) no sentido de que teria havido uma mudança na cobertura da “velha mídia” aos protestos. Se no primeiro momento os veículos da mídia corporativa pura e simplesmente condenaram as manifestações, essa avaliação transformou-se no curso dos acontecimentos, com o suporte a determinados atores e causas. Os veículos midiáticos nesse contexto não apenas disputaram as interpretações sobre os protestos, como atuaram na própria construção dos eventos.

Por outro turno, deve-se considerar que os enquadramentos (e suas transformações) constroem-se na interação, de modo que fatores como a progressiva entrada de atores “de direita” nas manifestações e a vinculação da repressão policial ao governo estadual do PT contribuíram, respectivamente, para a legitimação dos protestos e para a crítica às ações policiais em veículos como *Zero Hora* e *Diário Gaúcho*. Esta consideração contrapõe-se à ideia de Lima (2013) de que os veículos tradicionais, diante de conflitos políticos, assumiriam “teor exclusivamente condenatório” ao sistema democrático. A perspectiva interacionista da teoria dos enquadramentos interpretativos permite-nos identificar que mudanças no conflito político podem ocasionar transformações nos enquadramentos midiáticos, de modo que um tom condenatório a protestos democráticos deixe de prevalecer em prol de uma cobertura favorável a determinadas pautas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições do estudo são divididas em dois pontos. Quanto ao primeiro deles, o resultado mais evidente da pesquisa consiste na reconstrução analítica das disputas interpretativas travadas sobre o ciclo de manifestações de 2013, tomando-se como referência o caso de Porto Alegre e dos jornais *Zero Hora*, *Diário Gaúcho* e *Sul21*. Essa reconstrução indica processos de enquadramento da ação coletiva, com a já demonstrada multiplicidade interpretativa, seja na manutenção, seja na transformação de enquadramentos ao longo do ano. A complexidade dessas dinâmicas contrapõe-se a uma visão simplista da literatura sobre os meios de comunicação, como se as mensagens por eles transmitidas fossem preconcebidas unicamente de acordo com os “interesses” dos jornais. Pelo contrário: no percurso de 2013 são identificadas tensões na interação dos veículos com os respectivos públicos leitores e com os manifestantes, de modo que as mídias inserem-se em meio às disputas da ação coletiva, e não como meros espectadores ou como “manipuladores” de informações. Reforça-se a ideia de que os jornais constituem-se também como atores das realidades conflitivas, de modo que as batalhas travadas nas ruas transmutam-se em batalhas interpretativas pelo enquadramento hegemônico dos protestos.

O segundo ponto refere-se a duas proposições de avanço teórico a partir dos resultados empíricos. A primeira dessas proposições é a ênfase sobre a perspectiva interacionista de análise de enquadramentos, como originalmente proposto por Goffman (2012 [1974]). Enquanto a literatura de enquadramento recorrentemente restringe-se à identificação e à caracterização dos enquadramentos, como se os veículos midiáticos simplesmente publicassem molduras previamente construídas, demonstra-se aqui que os significados são socialmente construídos, as molduras se produzem e se transformam no processo interativo de enquadramento a partir das relações entre mídias, ativistas, atores políticos, etc. A importância da atenção analítica ao *framing* (processo de enquadramento) na construção do *frame* (moldura) corrobora com a crítica de Benford (1997) no sentido de que, ao se centrar na identificação de enquadramentos, a literatura em mídias e movimentos sociais tende a adotar os *frames* como “coisas”, desconsiderando os aspectos processuais e dinâmicos desses conceito.

Ainda, como segunda proposição teórica, postula-se que a tipologia de enquadramentos midiáticos elaborada no presente estudo questiona parte da literatura sobre mídia e movimentos sociais especificamente no que se refere à preponderância da valoração “negativa” do ativismo. Enquanto estudos como o de Xu (2013) e de Lima (2013) afirmam que as mídias tradicionalmente enquadram de forma negativa a ação dos movimentos sociais, atuando para diminuir o impacto de protestos sociais e manter o *status quo* das democracias ocidentais, a pesquisa

aqui empreendida demonstra que essas relações são mais complexas, de modo que a mídia em determinadas situações enquadra positivamente movimentos sociais e eventos de protestos. Fatores como o posicionamento político dos grupos presentes nas manifestações, a relação das empresas de comunicação com as forças políticas à frente dos governos e as interações com as instituições policiais interferem na valoração que os veículos midiáticos produzem a respeito da ação coletiva. A consideração dessa complexidade é fundamental para analisar o atual contexto latino-americano, em que protestos protagonizados por grupos “de direita” em países como Brasil, Argentina (ORSI, 2017) e Venezuela têm sido legitimados e, em alguma medida, coproduzidos pelos veículos midiáticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANCELOVICI, Marcos. Organizing against Globalization: The Case of ATTAC in France. *Politics & Society*, v. 13, n. 3, p. 427-463, 2002.
- BENFORD, Robert. An Insider's Critique of Social Movement Framing Perspective. *Sociological Inquiry*, v. 67, n. 4, p. 409-430, 1997.
- BIZ, Osvaldo. “RBS, A hegemonia no Sul”. In: GUARESCHI, Pedrinho; BIZ, Osvaldo. [org.]. *Diário Gaúcho: que discurso, que responsabilidade social?* Porto Alegre: Evangraf, 2003.
- COSTA, Jairo. A tática do black bloc. *Revista Mortal*, 2013. Disponível em: <http://issuu.com/revistamortal/docs/revista_mortal_a>. Acesso em: 10 de julho de 2015.
- DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Respeitável Público: Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Revista Novos Estudos*, ed. 97, 2013.
- ETCHICHURY, Carlos. A violência na mídia: um estudo de caso sobre a cobertura da criminalidade pela imprensa no RS. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010, 129 p.
- FERNANDES, Eduardo G. Campos de batalha jornalística: os enquadramentos construídos por Zero Hora, Diário Gaúcho e Sul21 na luta pela (i)legitimidade do ciclo de manifestações de 2013, em Porto Alegre/RS. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016, 300 p.
- GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012 [1974].
- JOHNSTON, Hank; ALIM, Eitan. Y. . Primary Frameworks, Keying and the Dynamics of Contentious Politics: The Islamization of the Chechen and Palestinian National Movements. *Political Studies*, v. 60, p. 603-620, 2012.

- KOOPMANS, Ruud; OLZAK, Susan. Discursive Opportunities and the Evolution of Right-Wing Violence in Germany. *American Journal of Sociology*, v. 110, p. 198-230, 2004.
- LIMA, Venício A. de. “Mídia, rebeldia urbana e crise de representação”. In: MARICATO, Ermínia [et al.]. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.
- MENDONÇA, K.; Daemon, F. Os “outros” da rua: o acontecimento discursivo das manifestações de 2013. *Comunicação, Mídia e Consumo*, v. 11, n. 30, p. 37-55, 2014.
- MICHAUD, Yves. 1989. *A violência*. São Paulo: Editora Ática.
- MUHALE, Miguel J. J. Lutar, criar poder popular: uma perspectiva etnográfica do Bloco de Lutas pelo Transporte Público em Porto Alegre/RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014, 150 p.
- ORSI, Guillermo O. Ativismo midiático: A atuação da mídia corporativa na produção dos Cacerolazos argentinos – o caso do 8N. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2017.
- RAMOS, Roberto. “Comunicação: o sensacionalismo do *Diário Gaúcho*”. In: GUARESCHI, Pedrinho; BIZ, Osvaldo. [org.]. *Diário Gaúcho: que discurso, que responsabilidade social?* Porto Alegre: Evangraf, 2003.
- RAMOS, , Silvia; PAIVA, , Aanabela. *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- ROLNIK, Raquel. “As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações”. In: MARICATO, Ermínia [et al.]. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.
- SECCO, Licoln. “As jornadas de junho”. In: MARICATO, Ermínia [et al.]. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013, p. 170-188.
- SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. “Master Frames and Cycles of Protest”. In: MORRIS, Aldon; MUELLER, Carol McClurg (orgs.). *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven: Yale University Press, 1992, p. 133-155.
- TARROW, Sidney. *Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1978.
- WIEVIORKA, Michel. Violência hoje. *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 11, p. 1147-1153, 2007.
- XU, Kaibin. Framing Occupy Wall Street: A Content Analysis of The New York Times and USA Today. *International Journal of Communication*, v. 7, p. 2412-2432, 2013.